

Sustentabilidade e Espaço Público do Departamento Municipal de Ambiente, Sustentabilidade, Desporto, Equipamentos e Desenvolvimento Social, com efeitos a 20 de maio de 2013;

Técnico superior (área de Biblioteca e Documentação), Vitor Manuel Agostinho de Figueiredo, no cargo de Chefe da Divisão de Bibliotecas e Documentação do Departamento Municipal de Educação e Cultura, com efeitos a 20 de maio de 2013;

Técnica Superior (área de Política Social), Fernanda Fátima Almeida Roma, no cargo de Chefe da Divisão de Educação do Departamento Municipal de Educação e Cultura, com efeitos a 20 de maio de 2013;

Especialista de Informática (área de Engenharia Informática), Clemente José Gomes da Rocha, no cargo de Chefe da Divisão de Infraestrutura Tecnológica do Departamento Municipal de Obras, Viaturas e Infraestruturas, com efeitos a 20 de maio de 2013;

Técnico Superior (área de Engenharia Civil), José Manuel Fernandes, no cargo de Chefe da Divisão de Obras, Viaturas e Infraestruturas do Departamento Municipal de Obras, Viaturas e Infraestruturas, com efeitos a 20 de maio de 2013;

Técnico Superior (área de Gestão), Rui Manuel Barros Galhardo, no cargo de Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental do Departamento Municipal de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, com efeitos a 20 de maio de 2013;

Técnico Superior (área de História da Arte), David Manuel Gargalo dos Santos, no cargo de Diretor do Departamento Municipal de Educação e Cultura, com efeitos a 20 de maio de 2013;

Técnico Superior (área de Arquitetura), Nuno Miguel Moreira Goulão Santos, no cargo de Diretor do Departamento Municipal de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana, com efeitos a 20 de maio de 2013;

Técnico Superior (área de Urbanismo), Ricardo Jorge Namorado Ramalho, no cargo de Coordenador (equiparado a Dirigente Intermédio do 3.º grau) da Divisão de Planeamento e Requalificação Urbana do Departamento Municipal de Gestão Urbanística, Planeamento e Requalificação Urbana, com efeitos a 20 de maio de 2013;

Técnico Superior (área de Direito), Fernando Paulo Serra Barreiros, no cargo de Diretor do Departamento Municipal de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, com efeitos a 21 de maio de 2013;

Técnica Superior (área de Direito), Ana Paula Marques Costilhas, no cargo de Chefe da Divisão de Assuntos Jurídicos, com efeitos a 27 de maio de 2013.

6 de junho de 2013. — Por subdelegação de competências da Vereadora dos Recursos Humanos, o Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, *Dr. Fernando Paulo Serra Barreiros*.

307033565

MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR

Aviso n.º 8169/2013

Para cumprimento do estipulado na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008 de 31 de dezembro, Lei n.º 3-B/2010 de 28 abril, Lei n.º 34/2010 de 02 setembro, Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, adaptada à administração autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010 de 28 abril e Lei n.º 66/2012 de 31 de dezembro, torna-se público que cessou por aposentação, a relação jurídica de emprego público com o seguinte trabalhador — Francisco Fernandes Borges — Assistente Operacional, com efeitos a 01 de junho de 2013.

3 de junho de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *Dr. Domingos Manuel Pinto Batista Dias*.

307018507

MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Aviso n.º 8170/2013

Nos termos do n.º 2 do Artigo 77.º, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, na sua atual redação, torna-se público que a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, deliberou, na sua reunião de 4 de junho de 2013, aprovar a realização da Alteração ao Plano de Pormenor da Zona do Cemitério de Vila Real de Santo António (PPZCVRSA), de modo a dotar os lotes já existentes de índices e parâmetros urbanísticos suscetíveis de permitir a continuidade das empresas neste concelho,

concedendo um prazo indicativo de 6 meses para a conclusão deste procedimento.

Uma vez assegurado o enquadramento acima descrito, convidam-se todos os interessados a formular sugestões, assim como a apresentar informações, por escrito, até 20 dias úteis contados a partir da data de publicação deste aviso no *Diário da República*, na Equipa Multidisciplinar de Gestão Territorial e Urbanística da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, sobre quaisquer questões que possam ser equacionadas no âmbito deste processo de Alteração.

7 de junho de 2013. — O Presidente da Câmara, *Luís Filipe Soro-menho Gomes*.

207044808

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Aviso n.º 8171/2013

Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para diversos postos de trabalho

1 — Para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º da portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por deliberação tomada nas reuniões da Câmara Municipal e Assembleia Municipal nos dias 8 e 26 de abril de 2013, respetivamente, se encontram abertos procedimentos concursais comuns, pelo prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, previstos no Mapa de Pessoal do Município para preenchimento dos postos de trabalho a seguir indicados, mediante recrutamento excecional, nos termos dos artigos 9.º e 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de julho, por remissão do n.º 8, do artigo 43.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro e artigo 67.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

2 — Lugares a preencher:

- A — 1 Técnico Superior (Engenharia Civil)
- B — 1 Técnico Superior (Segurança e Higiene no Trabalho)
- C — 1 Técnico Superior (Educação Social)
- D — 1 Assistente Técnico (Aprovisionamento)
- E — 3 Assistentes Operacionais (Área de Jardinagem)
- F — 2 Assistentes Operacionais (Auxiliar de Ação Educativa)

3 — Local de trabalho:

- A e B — Divisão de Obras Municipais (Setor de Obras Municipais e Fiscalização)
- C — Setor de Ação Social
- D — Divisão Administrativa e Financeira (Setor de Aprovisionamento)
- E — Divisão de Urbanismo e Ambiente (Setor de Jardins)
- F — Setor de Educação e Cultura e Apoio Administrativo

4 — Legislação aplicável — Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, adaptada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterado e republicado pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

5 — Nos termos das instruções da DGAEP, que assegura transitóriamente as funções da ECCRC, temporariamente fica dispensada a obrigatoriedade da consulta prévia a que se refere o n.º 1, do artigo 4.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterado e republicado pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, bem como, declara-se não estarem constituídas as reservas de recrutamento no próprio organismo.

6 — Posição remuneratória — o posicionamento do trabalhador recrutado realizar-se-á tendo em conta o preceituado no artigo 26.º, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.

7 — Prazo de validade — a reserva de recrutamento é utilizada sempre que, no prazo de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final, haja necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho, aplicando-se com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 37.º e 38.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril.

8 — Caracterização do posto de trabalho em função da atribuição, competência ou atividade: Funções constantes no anexo à Lei